

População

N.º 49 – Junho 2011

Revista de Estudos Demográficos

O Instituto Nacional de Estatística acaba de editar o n.º 49 da Revista de Estudos Demográficos (RED).

Esta edição é dedicada à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-leste) no seio da qual se registam realidades demográficas bem diferenciadas. O INE agradece a colaboração obtida esperando que continue a aprofundar-se no futuro.

O Instituto Nacional de Estatística acaba de editar o n.º 49 da Revista de Estudos Demográficos (RED).

A RED tem uma longa tradição na divulgação de estudos demográficos em Portugal. O primeiro número foi editado em Junho de 1945 e, desde então, tornou-se num pólo de referência para a divulgação de estudos que procuram caracterizar as principais linhas de evolução da situação demográfica nacional e o seu enquadramento na situação internacional. Reeditada em 2002, após alguns anos de interrupção, a RED tem, desde então, uma periodicidade semestral, sendo um número temático, o do primeiro semestre, e outro generalista.

Esta edição é dedicada à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996, composta por 8 Estados Membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-leste com realidades demográficas bem diferentes.

O Número 49 da Revista de Estudos Demográficos integra quatro artigos:



- A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique
Autor: *António Alberto da Silva Francisco*
- Comportamento Demográfico e desafios de Desenvolvimento sócio-económico em Moçambique
Autores: *Carlos Arnaldo; Ramos Muanamoha*
- Crescimento da População em Angola; “Um olhar sobre a situação e dinâmica populacional da cidade de Luanda”
Autor: *João Baptista LUKOMBO Nzatuzola*
- O fenómeno da migração internacional de retorno como consequência da Crise Mundial
Autores: *Duval Fernandes; Carolina Nunan; Margareth Carvalho.*

A NATUREZA INCIPIENTE DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA EM MOÇAMBIQUE

No último século, a população de Moçambique tem vivido uma transformação silenciosa, sem precedentes na história de sua evolução. Uma transformação que poderia ser chamada de "revolução demográfica", não fosse ser ainda tão incipiente, lenta e atrasada, comparativamente à transição demográfica mundial, inclusive em metade dos países da África Austral: África do Sul, Botswana, Lesoto, Maurícias, Namíbia, Suazilândia e Zimbábwe.

COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO E DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO EM MOÇAMBIQUE

Desde os tempos de Malthus, a relação entre crescimento populacional e desenvolvimento económico tem sido objecto de análises e debates pelos demógrafos e outros estudiosos de questões populacionais. No seu ensaio sobre população, Malthus argumentava que um crescimento populacional elevado constituía um obstáculo ao desenvolvimento, na medida em que a produção de alimentos nunca seria a um ritmo igual, caso o crescimento da população não fosse controlado. Reconhecendo a influência que o crescimento populacional pode exercer no desenvolvimento sócio-económico de um país, vários governos e organizações internacionais começaram, na

década de 70, a conceber e/ou promover programas de desaceleração do crescimento populacional como forma de acelerar o desenvolvimento dos povos, em particular o dos países em desenvolvimento.

Na África sub-Sahariana muitos países registam nível de crescimento populacional ainda elevado, o que leva alguns estudiosos a considerar o actual ritmo de crescimento da população africana como principal problema e obstáculo ao seu desenvolvimento. Para outros, no entanto, o actual ritmo de crescimento, alicerçado numa fecundidade elevada e mortalidade em declínio, não pode ser responsabilizado ao actual nível de desenvolvimento do continente, pois o elevado nível de fecundidade tem sido benéfico na garantia da segurança social na velhice e na compensação do aumento da mortalidade devido ao Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), igualmente conhecidas pelas siglas em inglês, HIV e AIDS, respectivamente.

A população de Moçambique tem estado, durante as últimas três décadas, a crescer a uma taxa média anual acima de 2% e as consequências que tal ritmo de crescimento pode ter no desenvolvimento sócio-económico do país ainda não foram suficientemente exploradas ou debatidas. Desta forma, o presente artigo pretende contribuir para este debate, analisando o crescimento populacional em Moçambique e suas implicações e desafios ao desenvolvimento sócio-económico do país.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EM ANGOLA; "UM OLHAR SOBRE A SITUAÇÃO E DINÂMICA POPULACIONAL DA CIDADE DE LUANDA"

Angola regista um grande deficit de dados demográficos recentes. Desde a independência, em 1975, nunca mais se realizou um censo da população, estando o próximo previsto para 2013. A situação de guerra em que o país mergulhou até 2002 não permitiu a realização desta operação estatística. A julgar pelos resultados dos diferentes censos populacionais, desde 1940 que Luanda duplica a sua população todos os 10 anos. No entanto, projecções da população provenientes de várias fontes, nomeadamente do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE) e da Divisão de População da Organização das Nações Unidas (ONU) calculadas com base nas de taxas de crescimento dos censos realizados na época colonial permitem mostrar a tendência dos efectivos populacionais do país. Dados recentes do Luís Filipe Colaço, um demógrafo angolano, apontam como projecções da população de Angola 20 785 milhares de indivíduos em 2015, valores que sobem para 24 225 e 28 213 milhares de indivíduos respectivamente em 2020 e em 2025. No entanto, de acordo com a revisão das projecções efectuada em 2010 pela Divisão de População da ONU, as últimas projecções atingem os 21 842,4 milhares de indivíduos em 2015, os 24 780,2 em 2020, e em 2025, ascendem a 27 766,5 milhares de indivíduos. Consta-se, assim uma ligeira diferença para menos entre os dados calculados pelo investigador angolano e os da ONU no que se reporta aos anos de 2015 e 2020, observando-se o inverso em 2025.

O FENÓMENO DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE RETORNO COMO CONSEQUÊNCIA DA CRISE MUNDIAL

A partir da última década do século passado, a migração internacional surgiu como tema de grande importância para o Brasil e para Portugal. Enquanto o primeiro passou a ser um país de emigração o segundo tornou-se um dos países de destino mais importante da Europa. Como outros colectivos de imigrantes que buscam a Portugal, os brasileiros, nos últimos anos, têm chegado a este país com maior frequência, abrindo mão de outros destinos mais procurados no passado como os Estados Unidos.

Esta migração, em geral, tem as características observadas em outros países, ou seja, imigrantes jovens, que buscam trabalho em ocupação de pouco prestígio e, em sua maioria no setor informal. Para alguns, a ida para a Europa foi a primeira experiência de migração, muitas vezes impulsionado por necessidade financeira ou busca de trabalho.

Actualmente, diante a crise mundial, é facto que o retorno tem se intensificado e isso, tem causado reacções na sociedade dos países de origem e de destino.

O propósito deste artigo é averiguar o perfil do emigrante brasileiro retornado, principalmente, os oriundos dos Estados Unidos e de Portugal.